

# A experiência histórica e as ciências sociais na Doutrina social da Igreja

DOMINGOS LOURENÇO VIEIRA\*

A ética social cristã exige um modelo de compreensão que apresente a racionalidade da praxis e a teoria da acção colectiva uma vez que o enunciado da fé se deve verificar constantemente pela prática. Vamos, por isso, neste breve estudo procurar mostrar a relação entre a análise social e a reflexão teológica.

O concílio Vaticano II marcou uma nova etapa e um sopro novo no ensino social da Igreja. A leitura dos «sinais dos tempos»<sup>1</sup> é mais sensível às exigências das realidades históricas. Modifica o modo da reflexão para um método mais indutivo. Esta hipótese de estudo que vamos procurar apresentar aqui está na linha do Philip Land e Peter Henriot designaram por «metodologia da praxis»<sup>2</sup>. Para analisar acção social cristã aplicaram a metodologia do «círculo da praxis» ou do «círculo pastoral» elaborada no livro *Social Analysis linking faith and justice*<sup>3</sup>.

---

\* Pároco de Afife (Viana do Castelo). Doutor em Teologia (Instituto Católico de Paris) e em História Moderna e Contemporânea (Paris IV).

<sup>1</sup> CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes* (7 de Dezembro de 1965) in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LVIII, n.º 15, 7 de Dezembro de 1966, n.º 4 (1), p. 1027.

<sup>2</sup> Philip S. LAND e Peter J. HENRIOT, «Toward a new methodology in Catholic Social Teaching», in Gregory BAUM e Robert ELLESBERG (ed.), *The logic of solidarity*, Nova York, Orbis Book, 1989, pp. 65-74.

<sup>3</sup> Joe HOLLAND e Peter HENRIOT, *Social Analysis: Linking faith and justice*, Nova York, Orbis Book, 1983, p. 8.

## O círculo da praxis

O «círculo pastoral» consiste em quatro mediações da experiência estreitamente ligadas entre si: a inserção, a análise social, a reflexão teológica e o programa pastoral. Trata-se de um «círculo da praxis» porque insiste na relação permanente entre reflexão e acção. O primeiro momento deste círculo é a inserção. Este fornece a descrição da experiência vivida pelos indivíduos e comunidades. O acesso a uma tal experiência faz-se pela inserção na vida quotidiana. Nesta primeira etapa, estamos já confrontados à escolha da selecção das experiências. A nossa pré-compreensão, que não é outra senão a fé, determina a nossa opção: trata-se da opção preferencial pela experiência dos pobres.

O cuidado de sublinhar o papel da experiência histórica revela-se, na doutrina social da Igreja, quando o papa João Paulo II afirma que a Igreja «vai lendo os acontecimentos, enquanto eles se desenrolam no decurso da história»<sup>4</sup>. O Sumo Pontífice destaca que a doutrina social da Igreja está sempre sujeita a novas adaptações. «É sempre *nova*, porque está sujeita a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos, que incidem no desenrolar da vida dos homens e das sociedades»<sup>5</sup>. O Papa está consciente das contínuas mudanças às quais a doutrina social da Igreja se deve adaptar. «A *configuração do mundo*, no decorrer dos últimos vinte anos, embora conservando algumas constantes fundamentais, sofreu mudanças consideráveis apresentando aspectos totalmente novos»<sup>6</sup>. Estas considerações obrigaram a Igreja a relativizar o alcance da lei natural na reflexão sobre a ordem social, uma vez que não pode pressupor que todos os aspectos da situação concreta estavam já previstos.

Consequentemente, estas experiências devem ser decifradas e compreendidas na riqueza das suas relações. É a tarefa da análise social, o segundo momento do círculo pastoral. Examina as causas e as consequências, descreve as interconexões e identifica os actores. Procura também ligar os problemas que surgem como casos isolados num sistema mais largo. A questão é de saber qual o sistema de pensamento que se aplica, porque estes instrumentos de análise não estão isentos de valores. Reportam-se a determinados interesses ou a determinadas ideologias.

A análise das estruturas sociais oferece novos dados. O conceito de estrutura de injustiça permite ver o mecanismo de subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento está submetido à análise «da existência de *mecanismos*

---

<sup>4</sup> JOÃO PAULO II, *Sollicitudo Rei Socialis* (30 de Dezembro de 1987), in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LXXXIII, 10 (9 de Outubro de 1991), n.º 1, p. 514.

<sup>5</sup> *Ibidem*, n.º 3, p. 515.

<sup>6</sup> *Ibidem*, n.º 4, p. 516.

económicos, financeiros e sociais que, embora conduzidos pela vontade dos homens, funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riqueza de uns e de pobreza dos outros»<sup>7</sup>.

O terceiro momento, o da reflexão teológica, é um esforço em compreender estas experiências já analisadas à luz da fé, da Sagrada Escritura e da Tradição eclesial. Esta investigação levanta novas questões e abre novas perspectivas de respostas. Coloca, especialmente, o problema da articulação entre a teologia e as ciências sociais: trata-se de complementaridade ou de subordinação?

A leitura «dos sinais dos tempos» torna-se, após o Vaticano II, um «*locus theologicus*». Não manifesta, portanto, o abandono da investigação da conformidade com a tradição eclesial e a antropologia cristã. A leitura do desenvolvimento por Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*<sup>8</sup> mostra o interesse do papa pelo conceito do homem derivado da lei natural. A leitura que João Paulo II faz do Livro do Génesis ajuda a compreender a verdadeira natureza do homem: ele é à imagem de Deus. Bento XVI na *Caritas in veritate* faz leitura nova da caridade, desafiando à «lógica do dom» uma vez que «o desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade»<sup>9</sup>. O resultado desta análise social permite ver, por trás destas atitudes e acções do homem, o mecanismo da injustiça que se traduz na categoria teológica de «estruturas de pecado».

Enfim, este círculo da praxis desemboca na decisão e na acção, o quarto momento do programa pastoral. Trata-se das respostas dadas, tanto pelos indivíduos como pelas comunidades, às experiências já analisadas. Estas respostas conduzem a novas experiências que solicitam, por sua vez, uma mediação ulterior da inserção, da análise social, da reflexão teológica. Este círculo da praxis continua, nunca pára. João Paulo II deixou directivas específicas: o direito à iniciativa económica com vista à prática do bem como deve ser reconhecido<sup>10</sup>; a interdependência é indissociável das considerações éticas<sup>11</sup>; as soluções do problema demográfico devem respeitadas a dignidade do homem<sup>12</sup>; Bento XVI nota que «é preciso que *as finanças* enquanto tais (...) voltem a ser um instrumento que tenha em vista a melhor produção de riqueza e o desenvolvimento. [Elas] devem ser utilizadas de modo ético a fim de criar as condições adequadas

<sup>7</sup> *Ibidem*, nº 16, p. 531.

<sup>8</sup> PAULO VI, *Populorum Progressio* (26 de Março de 1967), in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LIX, 4 (15 de Abril de 1967), pp. 257-299.

<sup>9</sup> BENTO XVI, *Caritas in Veritate* (29 de Junho de 2009), Roma, Libreria Editrice Vaticana, 2009, nº 34.

<sup>10</sup> JOÃO PAULO II, *op. cit.*, nº 15, p. 529.

<sup>11</sup> Cf. *Ibidem*, nº 17, pp. 532-533.

<sup>12</sup> Cf. *Ibidem*, nº 25, p. 543.

para o desenvolvimento do homem e dos povos»<sup>13</sup>. Constatamos, assim, uma insistência dos Papas sobre a acção.

### Uma crítica ao círculo da praxis

Neste círculo da praxis, os autores sublinhavam a atenção pastoral e faziam dela uma etapa distinta das outras. Ora não a consideramos assim. Nesta quarta etapa, o «programa pastoral» é o resultado da análise social e da reflexão teológica. As considerações decorrentes desta etapa são normas, recomendações saídas das duas etapas precedentes. Fazer deste «programa pastoral» um processo à parte é redundante. É por isso que propomos um esquema de reflexão triangular guardando a relação permanente entre a reflexão e a acção. A novidade deste «triângulo» da praxis encontra-se no «processo de verificação»<sup>14</sup> que controla o seu processo respondendo à exigência de racionalidade.

O «triângulo» da praxis consiste em três etapas de mediação da experiência. Ele reflecte o movimento permanente da acção-reflexão-acção. O ponto de partida e o ponto de chegada são a experiência histórica cujo acesso passa pela inserção e pelo compromisso concreto. Este compromisso está orientado, desde o início pela fé, uma opção específica.

A riqueza desta experiência aparece na análise social. Neste ponto seguimos a segunda etapa do círculo da praxis de Peter Henriot, mas oferecendo pontos de referência para passar da experiência ao conceito. A terceira etapa, a reflexão teológica, assume as duas funções. Ela aprofunda a análise social à luz da fé, a Sagrada Escritura e a Tradição eclesial, e serve de verificação.

A verificação é efectuada em dois tempos. A primeira, dominante após o concílio Vaticano II, efectua-se pela praxis, o compromisso, a promoção da dignidade da pessoa humana, a opção preferencial pelos pobres. A segunda consiste em procurar o acordo entre a experiência e a interpretação inicial formulada na Sagrada Escritura e na Tradição eclesial. Assim, esta verificação determina a relação entre análise social e reflexão teológica. Na primeira forma de verificação (pela praxis), a reciprocidade marca a relação: cada uma exerce uma função crítica sobre a outra. E a análise social fornece descrições da experiência. Na segunda forma de verificação, a sua relação é a de subordinação: a teologia utiliza a análise social como seu instrumento.

Se bem que o método dedutivo ainda continue a marcar as encíclicas sociais, ele não constitui, senão, um dos componentes do novo método mais atento às realidades empíricas. O carácter principal do método dedutivo está ligado ao

<sup>13</sup> BENTO XVI, *op. cit.*, nº 65.

<sup>14</sup> Cf. Jean LADRIÈRE, *L'articulation du sens*. Tomo II, Paris, Cerf, 1984, p. 157.

processo teológico, muito semelhante ao hermenêutico. Pela sua compreensão prévia, as hipóteses hermenêuticas orientam, desde logo, todo o processo interpretativo, antes de toda a tematização e de todo o esforço sistemático de explicação porque a interpretação apoia-se sobre uma proposição valorizante que é a própria fé. Pressupõe um acto anterior que conceda à palavra reveladora um reconhecimento, uma aceitação e uma ratificação. A fé enraíza-se na realidade vivida e está orientada para a acção. É por isso que a teologia não deve ignorar os dados relativos às condições concretas da vida social. Para as compreender tem de recorrer às ciências sociais<sup>15</sup>.

## O papel das ciências sociais

Mesmo se insuficientes, as ciências sociais podem efectivamente fornecer o meio de prolongar o objectivo de verdade pela discursividade característica<sup>16</sup> do seu conceito. Os conceitos teológicos, como «desenvolvimento integral do homem», «estruturas de pecado», encontram o seu apoio racional na exactidão oferecida pelas ciências sociais com vista à persecução do «progresso» (desenvolvimento) e da busca das causas da injustiça (estruturas de injustiça). Estas ciências sociais pondo em prática, sobretudo o método «empírico formal»<sup>17</sup>, dão um sentido a aspectos da realidade observados através dos nossos aparelhos sensoriais. Friedhelm Hengsbach utiliza a expressão «compreensão pela explicação»<sup>18</sup> para designar o papel das ciências sociais na elaboração teológica. Esta apresentação é paralela à concepção dialéctica do filósofo Paul Ricoeur da

---

<sup>15</sup> As «ciências sociais» designam «todas as que, tendo por objecto os factos humanos, os consideram explicitamente como se produzindo nos grupos e unindo-se sobretudo às suas circunstâncias que dependem desta situação» (Gilles-Gaston GRANGER, *Formes, opérations, objects*, Paris, Vrin, 1994, p. 246). É necessário ter em conta os limites das ciências sociais. A dificuldade em definir o estatuto epistemológico das ciências sociais encontra a sua origem, pelo menos em parte, no uso de termos que parecem unívocos. A univocidade provém especialmente do método da modelização, na ocorrência, o modelo das ciências da natureza, da física, por exemplo. A linguagem física não se pode apresentar como o princípio último de interpretação. Isto não significa que esta linguagem é inaplicável à realidade humana (Cf. Jean LADRIÈRE, *Vie sociale et destinée*, Gembloux (Bélgica), Duculot, 1973, p. 204).

<sup>16</sup> A «discursividade característica» das ciências sociais está ligada aos caracteres duma explicação aceitável para os fenómenos que agarram: uma explicação deve poder ser infirmada, poder servir a uma previsão e poder se juntar a outras explicações de fenómenos tendo interfaces comuns.

<sup>17</sup> O método empírico-formal consiste numa objectividade que é fundada por um lado, na evidência racional puramente formal dos processos lógicos e, por outro lado, na evidência empírica da percepção (Cf. Jean LADRIÈRE, *Vie sociale et destinée*, op. cit., p. 201).

<sup>18</sup> A expressão em alemão é - «*explinatorischen verstehen*» - Friedhelm HENGSBACH, *Jenseits katholischer soziallehre: Neue entwürfe christlicher gesellschaftsethik*, Dusseldorf, Patmos, 1993, p. 258.

compreensão e da explicação: mediação da compreensão pela «explicação»<sup>19</sup>. Este papel é comparável ao da análise estrutural do relato de um texto, a objectivação do texto pela estrutura.

Nesta nova visão, a especulação deixou o lugar à experiência histórica. «Ela é algo que se desenvolve por meio de uma reflexão que é feita em permanente contacto com as situações deste mundo, susceptíveis de mudanças, sob o impulso do Evangelho, qual fonte de renovação, enquanto a sua mensagem é aceite na sua totalidade e nas suas exigências»<sup>20</sup>. Esta experiência deve, antes de mais, estar submetida a uma análise afim de que se possa definir a sua natureza. Trata-se de assegurar a passagem da experiência vivida ao conceito. No segundo caso, duas tentações nos circundam. A primeira consiste em apresentar a construção da abstracção como uma descrição científica do fenómeno. A segunda está marcada pela tendência em substituir o fenómeno por uma norma ou a projecção de uma ideologia.

Face a tais tentações, o cristão deve discernir à luz da antropologia cristã<sup>21</sup> que bebe a sua fonte na revelação e na lei natural. A Igreja interpreta os acontecimentos no seu desenvolvimento ao longo da história à luz do conjunto da Palavra revelada por Jesus Cristo e com a assistência do Espírito Santo. «A Igreja, ‘perita em humanidade’, em ‘discernir os sinais dos tempos e em interpretá-los à luz do Evangelho’»<sup>22</sup>.

Neste novo caminho, as ciências sociais têm um papel capital: têm um papel crítico - fornecem modelos sociais, alargam perspectivas. O modo como procuram descrever e explicar a realidade do homem e da sociedade permite compreender o homem nos seus contextos sociais, económicos e políticos. Contribuem para explicar os condicionamentos objectivos da vida humana e alargam as perspectivas da liberdade humana para além destes condicionamentos<sup>23</sup>. O desenvolvimento da psicologia, por exemplo, permite de iluminar alguns mecanismos de decisão. As informações mais claras sobre os dados económicos de um país permitem adoptar uma determinada política em detrimento de outra. Além disso, as ciências sociais oferecem à ética social cristã alguns modelos

<sup>19</sup> Cf. Paul RICOEUR, *Du texte à l'action. Essais d'hermeneutique II*, Paris, Seuil, 1986.

<sup>20</sup> PAULO VI, *Octogesima Adveniens* (14 de Maio de 1971), in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LXIII, nº 6, (30 de Junho de 1971), nº 42, p. 431.

<sup>21</sup> JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus* (1 de Maio de 1991), in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LXXXIII, 10, (9 de Outubro de 1991), nº 55, p. 860.

<sup>22</sup> JOÃO PAULO II, *Sollicitudo Rei Socialis*, *op. cit.*, nº 7, p. 515.

<sup>23</sup> Cf. PAULO VI, *Octogesima Adveniens*, *op. cit.*, nº 40, pp. 428-429.

sociais, uma vez que esta não tem meios próprios para os inventar. Enfim, elas servem de confirmação e de apoio ao enunciado teológico. A afirmação teológica, segundo a qual o trabalho constitui uma dimensão fundamental do homem, encontra-se confirmada pelas ciências sociais. «A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra. E ela radica-se nesta convicção também ao considerar todo o patrimônio das múltiplas ciências centralizadas no homem: a antropologia, a paleontologia, a história, a sociologia, a psicologia, etc.: todas elas parecem testemunhar, de modo irrefutável, essa realidade»<sup>24</sup>.

Enquanto obra da cultura, as ciências sociais têm igualmente o papel crítico dos conhecimentos do homem e da teologia. Para a inteligência da fé, as ciências sociais permitem distanciamento crítico. É a compreensão da fé pela sua mediação, pela sua crítica. Deste modo, a teologia não se olha a si mesma, mas é solidária do desenvolvimento da cultura. «Contrariamente à tradição da 'Cogitatio' e à pretensão do sujeito de se conhecer ele mesmo por intuição imediata, é preciso dizer que não compreendemos senão a grande aliança de sinais depositados nas obras da cultura»<sup>25</sup>. Entretanto, a Igreja alerta contra a tendência redutora e a pretensão das ciências sociais – não estando desligadas de valores e tendo um pressuposto ideológico – a uma interpretação totalitária. «As 'ciências humanas' estão hoje colhendo triunfos significativos. Por um lado, submetem a um exame crítico e radical os conhecimentos aceites até agora, acerca do homem, por isso mesmo estes se lhes apresentam ou como demasiado empíricos, ou como demasiado teóricos. Por outro lado, a necessidade metodológica e o 'a-priori' ideológico levam-nas, muitas vezes, a isolar, de entre as situações mais variadas, alguns aspectos do homem e a dar-lhes, não obstante, uma explicação que pretende ser global ou, pelo menos, uma interpretação que desejaria, ser abrangente, a partir de um ponto de vista meramente quantitativo ou fenomenológico»<sup>26</sup>.

Face a esta tendência globalizante, a fé cristã exerce, por sua vez, a sua função crítica, analisando os pressupostos das ciências sociais. A fé cristã dá os critérios e os princípios de julgamento no discernimento de determinados sistemas de pensamento ou ideologias. «Nesta estimativa renovada das ideologias, o cristão descobrirá nas fontes da sua fé e no ensino da Igreja os princípios e os critérios oportunos, para evitar deixar-se fascinar e, depois, aprisionar num

---

<sup>24</sup> JOÃO PAULO II, *Laborem Exercens* (14 de Setembro de 1981) in *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LXXIII, n° 9, 5 de Novembro de 1981, n° 4, (1), p. 584.

<sup>25</sup> PAUL RICOEUR, *Du texte à l'action*, op. cit., p. 116.

<sup>26</sup> PAULO VI, *Octogesima Adveniens*, op. cit., n° 38, p. 427.

sistema, correndo o risco de só ver as suas limitações e o seu totalitarismo quando já for demasiado tarde, não se apercebendo deles nas suas origens»<sup>27</sup>. A raiz destes sistemas de pensamento, que a Igreja denuncia, é a concepção do homem que leva à negação de Deus e à insistência no desenvolvimento do «ter» em ver do desenvolvimento do «ser».

Se a Igreja é crítica sobre o pressuposto de algumas ciências sociais, um filósofo como Paul Ricoeur interroga-se, no plano epistemológico, sobre o carácter científico<sup>28</sup> da teoria social. «Ora a fraqueza epistemológica da teoria social global é a medida da força com a qual ela denuncia a ideologia. Em nenhum lado, com efeito, a teoria social acede ao estatuto de ciência que a autorizaria a usar de modo peremptório o termo o corte epistemológico para marcar a sua distância com a ideologia»<sup>29</sup>. A crítica de Ricoeur apoia-se sobre o funcionamento conjunto de dois critérios: a explicação satisfatória dos resultados intelectuais e a resistência às tentativas de falsificação. Ora, este funcionamento conjunto tornou-se padrão nas teorias globais das ciências sociais. O marxismo é um exemplo muitas vezes citado: ele é bem explicativo e fracamente apoiado por tentativas de falsificação. A pretensão do «materialismo histórico» de Marx, segundo o qual o conjunto das relações da produção e das forças produtivas constituem a base real das relações sociais que determinam as formas da consciência, pretende ser a mudança de plano do subjectivo ao objectivo<sup>30</sup>.

A pretensão a esta objectividade visa mostrar o seu poder explicativo. Mas a mudança de explicação que vai das motivações subjectivas dos agentes sociais às considerações de conjunto estruturais não garante a acesso a um discurso sem sujeito. É a armadilha epistemológica, segundo Ricoeur, porque a explicação pelas estruturas é tomada por um discurso que não seria tido por nenhum sujeito específico. Esta «mutilação» do discurso torna menos rigorosa a verificação ou a falsificação. É necessário ter em conta que implicar significações é próprio do fenómeno humano. Este está, assim, estruturado de modo a que não possa ser concebido como despojado de todo o reenvio simbólico. A sua compreensão requer a integração deste reenvio numa totalidade virtual. O conhecimento do facto humano consiste em procurar, para além de uma orga-

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, n° 36, p. 427.

<sup>28</sup> São científicas, todas as disciplinas que se podem definir como um conjunto de conhecimentos e de investigações tendo um grau de unidade, de generalidade e susceptíveis de conduzir a conclusões concordantes que resultem de relações objectivas descobertas gradualmente e confirmadas por métodos de verificação definidos.

<sup>29</sup> Paul RICOEUR, *op. cit.*, p. 315.

<sup>30</sup> Cf. Jean-Yves CALVEZ, *La pensée de Karl Marx*, Paris, Seuil, 1956, p. 425.

nização mais ou menos imediata de significações constituindo o dado vivido, uma organização de uma outra ordem, e que dá conta da primeira. É a razão pela qual um determinado gesto percebido por um ser humano é entendido como expressão possível de uma pessoa, e uma determinada instituição como expressão possível de uma sociedade.

Apoiando-se sobre um argumento proveniente do domínio subjectivo – a responsabilidade, a motivação, a finalidade – a Igreja não está desprovida de objectividade na sua relação ao real, respondendo à crítica do marxismo, segundo a qual a religião aliena o homem, e não pode, portanto, ser um fundamento da transformação. Ultrapassando qualquer sistema, sem, no entanto, omitir o compromisso concreto ao serviço dos seus irmãos, ela afirmará, no seio mesmo das suas opções, a especificidade da contribuição cristã para uma transformação da sociedade. É na sua concepção do homem, na sua dignidade – à imagem de Deus – que se funda uma tal transformação. «Não se pode reduzir a um problema ‘técnico’ aquilo que, como é o caso do desenvolvimento autêntico, concerne a dignidade do homem e dos povos (...). É por isso que a Igreja tem uma *palavra a dizer* (...) a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos obstáculos que o entram»<sup>31</sup>. Os resultados das observações das ciências sociais exercem uma limitação sobre a deliberação normativa da Igreja, mas não se impõem à Igreja na medida em que não são compatíveis com o desígnio teológico. A ética continua a prevalecer. «As questões que hão-de ser enfrentadas são, antes de mais nada, morais; e que nem a análise do problema do desenvolvimento enquanto tal, nem os meios para superar as presentes dificuldades podem prescindir desta dimensão essencial»<sup>32</sup>.

A teologia não é uma construção puramente formal, mas um esforço de compreensão de um dado. Este não é por natureza um fenómeno cultural ou sociológico objectivável. Dá-se como tal, segundo a sua especificidade e no seu conteúdo próprio, unicamente na experiência da fé. Assim, se bem que no primeiro tempo os critérios de verificação do ensino social da Igreja estejam estabelecidos sobre a prática, eles continuam, num segundo tempo, abertos à dimensão espiritual e ética cuja verificação se funda sobre os princípios do Evangelho e da tradição eclesial.

A verificação faz-se pela prática, pelo compromisso e pela opção preferencial pelos pobres. A praxis é assim o lugar onde se verifica a eficácia da fé, o

---

<sup>31</sup> JOÃO PAULO II, *Sollicitudo Rei socialis*, op. cit., n.º 41, p. 570.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

lugar de inteligência da fé. O progresso é atingido se a acção colectiva conduz ao reconhecimento da dignidade do homem. «Uma verificação do mesmo progresso será o reconhecimento cada vez mais maturado da finalidade do trabalho e o respeito, cada vez mais universal, dos direitos a ele inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho»<sup>33</sup>. Um tal reconhecimento supõe três condições. Que o trabalho ultrapasse a actividade que procura apenas satisfazer a necessidade de subsistir, de garantir as condições físicas imediatas. Que não seja apenas considerado como fonte de propriedade, como meio de sua aquisição. E que não seja apenas determinado pela necessidade e utilidade exterior. Entra assim no domínio da liberdade que permite a conservação do indivíduo e a procriação no sentido de produção da vida doutrem. Esta alteridade produzida pelo trabalho traduz a liberdade do homem: princípio de liberdade<sup>34</sup>. Ele permite realizar a imagem descrita no relato do Génesis: pelo trabalho, o homem encontra a sua dignidade, a sua semelhança com Deus. Assim, o homem tem prazer em trabalhar, uma vez que, no seu trabalho o seu ser se afirma e se aprofunda. A verificação de uma tal finalidade deve começar na apreciação concreta do trabalho.

O respeito da dignidade do homem acontece sempre que se reúnam as condições objectivas, especialmente o justo salário que a Igreja procura promover. «O justo salário torna-se, em todos os casos, a *verificação concreta da justiça* de cada sistema sócio-económico e, em qualquer hipótese, do seu justo funcionamento»<sup>35</sup>.

Esta apreciação do trabalho está nas relações humanas quando se está com outrem. O trabalho dos solitários está despojado de sua finalidade de procriação e perde a unidade humana. Esta perda significa que o homem se encontra confrontado à escolha para ou contra o outro, de onde decorre a lógica da guerra e do afrontamento. Uma tal escolha gera igualmente a lógica sectária: o homem adopta alguns meios de acção a fim de atingir determinados objectivos em proveito do seu partido contra o adversário. A doutrina social da Igreja procura, pelo contrário, guardar a unidade humana sublinhando a necessidade da solidariedade. Quando a solidariedade cresce numa sociedade, produz-se um autêntico desenvolvimento. Deste modo, o processo de desenvolvimento e da libertação concretiza-se na prática da solidariedade, no amor e no serviço

---

<sup>33</sup> JOÃO PAULO II, *Laborem Exercens*, op. cit., n° 18 (4), p. 624.

<sup>34</sup> «É com a criação do homem que o princípio do começo veio ao mundo o que evidentemente não é senão um modo de dizer que o princípio de liberdade foi criando ao mesmo tempo que o homem, não antes» (H. ARENDT, *Condition de l'homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy, 1983, p. 234).

<sup>35</sup> JOÃO PAULO II, *Laborem Exercens*, op. cit., n° 19, (2), p. 627.

ao próximo, particularmente aos mais pobres. Por isso, João Paulo II insistiu mais sobre o testemunho das obras do que na coerência e na lógica interna da doutrina social da Igreja<sup>36</sup>. Sem minimizar a racionalidade desta doutrina social, o papa sublinha assim a importância da acção. A coerência tem sentido se ajuda à aplicação da teoria, se desemboca na prática política e social.

Enfim, este processo de verificação indutiva deve ser confrontado à fé. Nesta etapa da reflexão as ciências sociais e a filosofia estão subordinadas à teologia que explicita a inteligência da fé. A teologia usa-as como seus instrumentos. «Todavia somente a fé lhe revela plenamente a sua verdadeira identidade, e é dela precisamente que parte a doutrina social da Igreja, que, recolhendo todos os contributos das ciências e da filosofia, se propõe assistir o homem no caminho da salvação»<sup>37</sup>. Nesta perspectiva, a verificação consiste em examinar a conformidade ou as divergências entre as realidades do homem e as orientações do ensino do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação. Opera-se, assim, um processo de purificação e de aprofundamento da motivação da acção colectiva e da concepção do homem. Abre então um novo objectivo do desenvolvimento e da acção. O espiritual não é concebido separadamente do temporal.

---

<sup>36</sup> JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus*, op. cit., n° 57, p. 862.

<sup>37</sup> *Ibidem*, n° 54, p. 860.